



Reajuste de servidores vai a plenário no dia 24

(foto Solon Soares)



Os líderes das bancadas e o presidente da Casa (D), na reunião do dia 18

As propostas de revisão salarial dos servidores do Executivo serão apreciadas em plenário na quarta-feira, dia 24, conforme acordo firmado entre os líderes das bancadas em reunião realizada na última terça-feira (16), a pedido do presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT). Na quinta-feira, 18, os líderes reuniram-se mais uma vez para receber das mãos do líder do governo, deputado Herneus de Nadal

(PMDB), proposta alternativa para o magistério na busca de uma solução para o impasse entre governistas e opositores. Morastoni disse que os líderes dos partidos apreciarão nas suas respectivas bancadas, para a votação na Comissão de Trabalho e Serviços Públicos. "A Assembléia exerce seu papel de negociação política, buscando o entendimento para um assunto que interessa a todo o Estado", afirmou.

Página 07

Seminário

Especialistas, gestores públicos e deputados reúnem-se na sexta-feira (19), a partir das 9 horas, no plenário, no 1º Seminário Estadual sobre a Importância e Exigências da Gestão de Bacias Hidrográficas, realizado pela Comissão de Agricultura e o Fórum Parlamentar Permanente de Desenvolvimento Sustentável, em parceria com a Fundação de Amparo ao Meio Ambiente (Fatma), Secretaria do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, Faesc e Senar.

Importância e Exigências da Gestão de Bacias Hidrográficas

Florianópolis, 19 de setembro de 2003



Depoimentos na CPI da Casan

A Comissão Permanente de Inquérito (CPI) da Casan, presidida pelo deputado Diónei Walter da Silva (PT) e tendo como relator o deputado Mauro Mariani (PMDB), ouve na segunda-feira (22), a partir das 15 horas, na sala de reuniões nº 27 (Sala das Comissões), os presidentes dos Sindicatos

dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado de Santa Catarina (Sitaesc), dos Administradores (Saesc), dos Economistas (Sindecon) e o dos Profissionais e Estudantes de Secretaria (Sinsesc). Todos são autores de ações trabalhistas contra a estatal.

Em duas sessões especiais nesta semana, o Legislativo conferiu a 120 mulheres e entidades a Medalha de Mérito Antonieta de Barros e prestou homenagem aos atletas catarinenses que participaram dos jogos Pan-americanos

Página 03



Especialistas e deputados buscam soluções para humanizar o sistema prisional

Página 04

Entrevista

Neuza Borges

Página 06

A reforma tributária

A aprovação da Reforma Tributária, em votação em primeiro turno na Câmara dos Deputados, possui grande significado para nosso país. Não foi apenas um êxito parlamentar do governo e de seus aliados. Foi uma vitória para o país, não apenas porque possibilita as condições para a ampliação da eficiência de nossa economia e estimula a produção e a geração de empregos e renda, como também porque representa a reafirmação do Governo Lula de seu compromisso com realização das reformas estruturais que o país necessita.

Após longas e exaustivas negociações, chegou-se a um texto que não é o ideal, mas que é o possível diante da atual realidade política do país. Satisfazer governadores, prefeitos e empresários em suas diversas demandas em relação ao sistema tributário, sem provocar a elevação dos impostos e sobrecarregar a população, exigiu muita conversa e disposição para o entendimento.

Não faz sentido falar em pressa na votação da Reforma Tributária. Há anos que este assunto está em pauta sem que houvesse por parte dos governantes a decisão de levar em frente efetivamente um projeto de reforma. O desafio foi

finalmente enfrentado com firme determinação pelo Governo Lula. A aprovação demonstra a capacidade das lideranças do governo em construir as alternativas que levaram ao entendimento e em assegurar a governabilidade do país, sinalizando para a sociedade que o Brasil está no rumo certo.

A guerra fiscal entre os estados não poderá prosseguir. A redução das alíquotas de ICMS impedirá a concessão de incentivos que implicam em renúncias fiscais. A diminuição dos impostos sobre máquinas e equipamentos industriais estimulará investimentos em bens de capital, pois a concorrência com os produtos importados, que não pagam impostos, prejudica seriamente o setor. As condições para a diminuição da cobrança dos impostos em cascata estão criadas, o que contribui para aumentar a competitividade da economia brasileira.

A Reforma aprovada na Câmara produzirá justiça tributária, ao introduzir no sistema o princípio da progressividade. O compromisso do Governo Lula com a realização das reformas que o Brasil precisa para melhorar a vida da maioria da população está sendo mantido. As mudanças estão apenas começando.

* **Deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT)**

O papel do legislador: ética e consciência *

Em três de maio de 1823, menos de um ano após a independência do país, nascia o Poder Legislativo brasileiro, que completa, assim, 180 anos. Depois de tanto tempo, a pergunta que se deve fazer é: qual é o verdadeiro papel do legislador, qual sua função? Qual parcela da população sabe o que estes representantes fazem durante seus mandatos? Infelizmente, constata-se, são poucos os que têm esse conhecimento.

Mas então o que se deve fazer? A resposta é veloz mais uma vez: esclarecer, informar ao povo porque e para que foram eleitos. Em primeiro lugar é preciso dizer que é no Poder Legislativo que está o alicerce da soberania nacional, é ele que deve apontar os desejos e as disposições da sociedade. Nascido na Inglaterra por iniciativa de representantes da nobreza e também do povo, para restringir a autoridade total dos reis, o legislativo, denominado então de Parlamento, é o grande representante da sociedade. No papel de legislador, uma das principais funções é a de criação de leis. Além disso os parlamentares devem discutir e deliberar sobre qualquer questão apresentada em Plenário, expondo suas

opiniões, da forma mais correta possível. Devem integrar comissões e representações externas, ou seja, devem com todas as palavras 'participar da rotina do parlamento'.

Através de emendas na Constituição Estadual e projetos de leis complementares a esta, os parlamentares refletem o destino de sua sociedade. Faz parte ainda de suas funções aprovar ou suspender a intervenção nos municípios, fiscalizar (e essa é umas das principais) e controlar diretamente os atos administrativos dos Poderes Executivo e Judiciário. Cada deputado deve ter a consciência de que é o representante autêntico da população.

Enfim, o grande papel do legislador é esse: participar, com ética e consciência, nas decisões que toma em suas competências, pois foi por isso e para isso que o povo os escolheu. E isso tudo começa no seu reduto eleitoral. É lá que começa a sua função de desempenhar o papel de vigilante da justiça e do governo e, principalmente, poder discernir quais são os pontos negativos e positivos de cada situação. Esse é o papel do parlamentar ético: fiscalizar, denunciar, protestar e criticar, pois o parlamento é o mais importante fórum de debates que existe.

* **Deputado Sérgio José Godinho (PTB)**

Nota à imprensa

A Presidência da Assembléia Legislativa de Santa Catarina considera necessários alguns esclarecimentos à opinião pública a respeito do impasse entre as bancadas de oposição e situação quanto aos projetos de reposição salarial e abono aos servidores do estado. Os esclarecimentos são os seguintes:

1) Sem haver acordo de lideranças, não há possibilidade de o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Volnei Morastoni (PT), sob pena de privilégio a alguma bancada e ferir a democracia interna do Poder com o descumprimento do Regimento Casa, apressar a votação dos projetos e abreviar a tramitação dos mesmos;

2) Na tentativa de construir uma proposta salarial alternativa aos servidores, o presidente da Assembléia reuniu em seu gabinete, no início da tarde do dia 16, os líderes de todas as bancadas. Nessa reunião, ficou acordado entre todos os líderes, inclusive dos partidos de oposição, que o projeto em questão continuaria sua tramitação normal na Comissão de Trabalho e Serviços Públicos e votação em plenário na próxima quarta-feira (24 de setembro de 2003);

3) Também nessa reunião, a presidência da Assembléia propôs que o líder do Governo intensifique o trabalho junto ao Executivo para a apresentação de uma proposta aos servidores que represente um avanço nas negociações que envolvem os projetos originais do Governo e os substitutivos aprovados nas comissões técnicas da Casa. Houve comprometimento do líder de trabalhar nesse sentido e buscar uma solução para o impasse;

4) Ainda nessa reunião, ficou o indicativo de novo encontro dos líderes, sugerida pela presidência da Assembléia, na quinta-feira (18 de setembro de 2003), para avaliar a evolução das negociações junto ao Governo;

5) Todas essas informações seriam prestadas pelos líderes na sessão plenária do dia 16, suspensa por não haver condições de prosseguirem os debates naquele momento. A presidência da Assembléia reitera o reconhecimento ao direito legítimo às manifestações dos servidores, mas entende que os trabalhos parlamentares devem ocorrer com respeito, onde todas as opiniões possam ser ouvidas.

**Assessoria de Imprensa da presidência da Alesc
Nota divulgada dia 16/09/2003**

oleitor@alesc.sc.gov.br

■ Pergunte ao deputado ■

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Matos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

Diagramação e artes: Rafael dos Santos

Revisão: Celso A. S. da Rosa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Medalha Antonieta de Barros

Plenário e galerias lotados. A noite de segunda-feira (15) foi de Casa cheia na Assembléia Legislativa, durante sessão solene que homenageou 120 mulheres e entidades catarinenses. A *Medalha de Mérito Antonieta de Barros* foi instituída através de Projeto de Resolução nº 008, de 2000, de autoria da então deputada estadual, hoje senadora Ideli Salvati (PT/SC) para homenagear pessoas físicas e jurídicas que, no campo de suas atividades, realizaram importantes serviços ou destacaram-se na defesa dos direitos da mulher. Cada um dos 40 parlamentares pode escolher cinco nomes para receber o prêmio, entregues anualmente, na semana da morte de Antonieta de Barros, pelo legislativo estadual.

Nascida em Florianópolis em 11 de julho de 1901, Antonieta foi a primeira mulher a ocupar cadeira no parlamento estadual. Aos 17 anos, através da ajuda de um amigo da família, ingressou no magistério. Mantve na própria casa um curso primário de alfabetização que le-



A homenagem emocionou todos os presentes à solenidade

va seu nome, oficializado em 1922 e que funcionou até 1964. Vivendo em uma época de preconceitos em relação à mulher, Antonieta aceitou o convite do Partido Liberal (PLC) para concorrer à Constituinte Estadual em 1934, sendo a primeira mulher catarinense a eleger-se para uma cadeira na Assembléia Legislativa. Escritora, cronista e jornalista, colaborou com diversos jornais e revistas de Florianópolis com o pseudônimo Maria da Ilha. Em 1937, reuniu crônicas do jornal República e editou o primeiro livro, "Farrapos de idéias", cuja renda foi revertida para os filhos de pa-

cientes portadores de hanseníase (lepra). Em 1948, retorna à política como deputada pelo Partido Social Democrático (PSD), destacando-se como defensora do magistério no Estado. Faleceu em 28 de março de 1952, vítima de complicações diabéticas.

Este ano, cada um dos 40 parlamentares indicou até cinco nomes para a homenagem, outorgando medalhas e diplomas numa solenidade que teve a presença de várias autoridades, além do presidente do Legislativo, deputado Volnei Morastoni (PT), e demais parlamenta-

res estaduais; da prefeita Angela Amin (PP) e da senadora Ideli Salvati (PT/SC). "Ela, mais do que ninguém, enfrentou e derrubou preconceitos, por ser mulher, negra, órfã e filha de lavadeira", afirmou Ideli.

Morastoni, em seu pronunciamento, também destacou a importância de Antonieta, como mulher e parlamentar catarinense, e das pessoas homenageadas. "Ao conceder esta homenagem a Casa cumpre com o seu dever de reconhecer a importância do papel da mulher na família, no trabalho, na sociedade, em prol de todos nós que somos seus filhos". (RMPP)

Atletas do Pan recebem homenagem da Assembléia

Por iniciativa dos deputados Sérgio Godinho (PTB), João Paulo Kleinübing e Onofre Agostini (ambos do PFL), os 26 atletas catarinenses que participaram dos Jogos Pan-americanos em agosto receberam medalhas durante sessão especial na noite do dia 16, em agradecimento e reconhecimento ao esforço e brilhantismo representando Santa Catarina e o Brasil "diante de países que investem muito em seus desportistas".

Com a participação de familiares, presidentes de federações desportivas e amigos dos atletas, a sessão foi conduzida pelo vice-presidente da Casa, deputado Onofre. Tanto Godinho quanto Kleinübing salientaram a importância do esporte para o desenvolvimento social e humano e enfatizaram a necessidade de maior apoio dos setores público e privado. "A superação de si mesmo, o espírito



Atletas e familiares

de camaradagem e equipe são valores que o esporte traz consigo. Para vocês que participaram do Pan, não apenas os que trouxeram medalhas, nós prestamos esta homenagem e assumimos o compromisso de buscar a valorização do esporte", disse João Paulo. Os atletas, alguns representados por mães, pais ou esposas, receberam medalhas dos

deputados Kleinübing, Agostini, Godinho, Francisco de Assis (PT), Antônio Carlos Vieira (PP), Antônio Ceron (PFL) e Reno Caramori (PP). A servidora do Legislativo, Vera Lúcia Calazans Borges, foi surpreendida ao ser chamada para entregar a medalha ao seu filho, o atleta João Hildebrando Borges Júnior, que trouxe a medalha de prata

referente a sua participação nas competições de remo.

Escolhido para falar em nome de todos os homenageados, Júnior, como é chamado, agradeceu aos deputados, aos familiares e seus treinadores, lembrando das dificuldades enfrentadas pelos atletas para permanecer em seu objetivo. "Queremos trazer mais medalhas, mais orgulho, representando nosso País e estado. Mas apelamos para a necessidade do governo e das empresas investirem no esporte, com patrocínio e apoio", disse. (MMV)

Arte na Alesc

Morando em Florianópolis desde maio deste ano, o pintor Rogerio Martins, natural de Recife (PE), morou em São Luís (MA) por 25 anos. Foi para lá estudar engenharia, porém, abandonou o curso para se dedicar à técnica de óleo sobre tela espatulada. Seu estilo é inspirado nas arquiteturas coloniais das cidades históricas, assim como nos sinos das igrejas e os inconfundíveis barcos daquela cidade.

Nesta semana, Martins mostrou sua obra na Galeria de Arte Meyer Filho. A exposição intitulada *Dois Ilhas*, em homenagem a São Luís e a Florianópolis, contou com 30 obras, entre elas os tradicionais azulejos portugueses, os sinos, as sacadas arquitetônicas da capital catarinense e as paisagens de praias. (DAB)

Deputada Odete encontra Alencar

A deputada Odete de Jesus (PL) esteve em Brasília na terça-feira (16), quando foi recebida pelo presidente da República em exercício, José de Alencar. Ela acompanhou uma comitiva de 47 vereadores que integram a União dos Vereadores da Região Serrana (Uveres), presidida por Cidinei Marcon, levando reivindicações para a liberação de verbas para a conclusão da BR-282, não cobrança de pedágio e a implantação de lombadas eletrônicas na BR-116, no trecho que cor-

ta a cidade de Correia Pinto e região.

"Além dessas reivindicações, que também foram apresentadas no Ministério dos Transportes, encaminhamos ao ministro da Defesa, José Viegas, a solicitação da construção do aeroporto regional da região serrana. Fomos muito bem recebidos pelo presidente em exercício, José de Alencar, que deu atenção especial aos vereadores catarinenses e as suas reivindicações", observou a parlamentar. (CA)



Vera Lúcia entrega medalha ao filho Junior, prata no remo

Humanização do sistema prisional

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Odete de Jesus (PL), realizou audiência pública, na segunda-feira (15), para debater a situação do sistema prisional catarinense. O evento contou com a presença dos deputados Dionei Walter da Silva (PT), Lício Mauro da Silveira (PP) e Ana Paula Lima (PT), além de Odete, do psicólogo da Penitenciária de Florianópolis, Marco Érico Hoffmann, da vice-presidente do Conselho Penitenciário, Vera Lúcia Teixeira, do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Dórian Ribas Marinho, do diretor do Departamento de Administração Penal, Roberto Schweitzer e do secretário-adjunto da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, coronel PM Pedro Roberto Abel, de lideranças comunitárias, advogados e estudantes de Direito.

Durante cerca de quatro horas o tema "humanização no sistema" foi discutido, assim como as questões da aplicação de políticas públicas no setor e a implantação do Manual de Administração Penitenciária. Tanto Schweitzer quanto o secretário adjunto da Segurança explicaram aos presentes a disposição do atual governo em criar novos presídios de pequeno porte,



Separação de presos foi posição unânime entre os debatedores

defendendo a internação de presos de alta periculosidade separados de autores de crimes menores. O depoimento de um ex-detento, Guido Caçador Neto, egresso do sistema prisional e que hoje é advogado, emocionou os presentes. "Paguei a dívida que tinha com a sociedade, me formei e depois de receber a carteira da Ordem, ela foi cassada por ter sido um preso no passado. Isso já havia acontecido há 19 anos e numa visita a uma penitenciária meu nome foi levantado com minha ficha, recebendo ironia de um agente prisional por ter sido ex-presidiário", observou.

A mãe de um preso do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis, em São Pedro de Alcân-

tara, Odília Ramos, denunciou perseguição e castigos. "Ele quer se recuperar e necessita de trabalho para a redução da sua pena e não consegue", desabafou. O diretor geral do Complexo, Carlos Pereira da Silva, rebateu as acusações dizendo que o detento está na instituição há pouco tempo e teve passagens por vários presídios catarinenses, anunciando que em breve funcionará a área industrial do Complexo, para dar trabalho aos presos. Dórian Marinho leu um relato do presidente do Conselho Federal da OAB, Reginaldo Castro, que analisa o sistema penitenciário brasileiro, enfatizando que não há processo de triagem entre presos de alta periculosidade e pequenos delinquentes. (CA)

Professores da Udesc denunciam perseguição

Os parlamentares da Comissão de Educação, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), decidiram encaminhar ofício à coordenadora do Ensino a Distância da Udesc, Neli Góes, para que compareça na próxima reunião da Comissão, na quarta-feira (24), com o objetivo de esclarecer as denúncias de perseguição dentro da Universidade, apresentadas por um grupo de docentes durante reunião da Comissão, no dia 17.

Segundo os professores Marilda Rodrigues e Valdenézio Mendes, 19 docentes que trabalham no ensino a distância foram remanejados para a Faculdade de Educação (Faed), onde não há vagas. "Essa é uma forma de demissão sumária por não concordarmos com a política interna da Udesc", disse Valdenézio. Sua fala foi complementada por Marilda, que



Professores Valdenézio e Marilda

denunciou, através de documentos, a recomendação para que os professores dobrem suas cargas horárias e que não repassem informações sobre os fatos que envolvem essas questões. Ambos ingressaram com um mandado de segurança contra as atitudes tomadas em relação aos 19 professores. (RMPP)

Reinserção social

Os deputados Dionei Walter da Silva e Wilson Vieira - Dentinho, ambos do PT, apresentaram projeto de lei destinado ao atendimento da população egressa do sistema prisional catarinense ou que cumpram pena em liberdade, proporcionando-lhes a assistência necessária para reinserção social. Com isso, pretendem diminuir a reincidência criminal e o encarceramento, promover a integração à sociedade e ao mercado de trabalho e participação da comunidade no programa, além de contribuir para o aprimoramento técnico-profissional.

Os parlamentares explicam que o Programa Pró-Egresso tem como atribuição prestar assistência aos albergados e egressos, orientar os condenados à pena restritiva de direitos, fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e o cumprimento das con-

dições da suspensão condicional da pena e do livramento condicional. "O Programa será composto por equipe interdisciplinar, integrado por professores supervisores e alunos estagiários das universidades das cidades em que existir unidades prisionais nas áreas do direito, psicologia, serviço social e ciência da informação. O egresso contará com assistência jurídica, saúde e assistência social. É uma forma de agilizar a sua ressocialização", observa Silva. Segundo Dentinho, será dado incentivo fiscal a ser estabelecido por lei específica de autoria do Poder Executivo às pessoas físicas e/ou jurídicas de direito privado que se inscreverem junto ao programa, disponibilizando vagas em seu quadro funcional para a admissão de egressos que cumprirem pena privativa ou restritiva de liberdade em caráter de detenção ou reclusão. (CA)

CPI da Dívida Pública

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que irá investigar a dívida pública do Estado foi instalada na quarta-feira (17), após convocação do deputado Reno Caramori (PP), parlamentar mais idoso e com maior número de legislaturas entre os membros. A presidência ficará com o deputado João Paulo Kleinübing (PFL) e a relatoria com o deputado Ronaldo Benedet (PMDB). Também fazem parte da comissão Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Ana Paula Lima (PT), José Paulo Serafim (PT) e Djalma Berger (PSDB).

A reunião que definirá o roteiro de trabalho será no próximo dia 29, às 14 horas. O presidente defende que a CPI deva buscar os valores atuais da dí-

vida e suas origens, já que o que motivou o pedido de investigação foi a divergência entre os números apontados pelo atual e o ex-governador. "Não adianta investigar dívidas feitas e já pagas e desta maneira também englobaremos financiamento de longo prazo contraídos pelo Estado", afirmou. Benedet acredita ser necessário um levantamento mês a mês para se descobrir quem contraiu as dívidas, os valores e no que o dinheiro foi aplicado. O ponto inicial da investigação será o ano de 1983, conforme o solicitado no requerimento dos governistas que criou a CPI da Dívida Pública. "Foi a partir deste ano que começaram a surgir as maiores dívidas". (SD)

PPA 2004-2007

A Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Antônio Ceron (PFL), aprovou quarta-feira (17) o pedido de diligência à Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão para que se proceda a codificação dos programas e metas do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. A proposta foi feita pelo relator da matéria, deputado Jorginho Mello (PSDB),

para que seja facilitada a apresentação de emendas parlamentares ao PPA. Em contato já mantido com o secretário Armando Hess de Souza, ficou definido que a resposta à diligência será enviada à Assembléia em até 14 dias. Em seguida o relator tem prazo de 15 dias para apresentação do parecer preliminar, abrindo-se, então, o prazo para as emendas. (SD)

CCJ aprecia emancipação de Caravaggio

(foto Carlos Kilian)



A reunião da CCJ foi no plenário devido ao grande número de pessoas da comunidade do Caravaggio

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL), decidiu por maioria pelo sobrestamento do Abaixo Assinado 022/95, que pede a emancipação do Distrito de Caravaggio do município de Nova Veneza, no Sul do estado. A medida foi proposta pelo deputado Julio Garcia (PFL) para que sejam analisadas as informações contraditórias em relação a dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE). Garcia havia apresentado, na reunião anterior, parecer pelo arquivamento do abaixo-assinado, com base em dados que apontavam população inferior ao exigido na Lei Complementar Nº 135/95, que define critérios para as emancipações.

Na reunião da manhã do dia 16, o deputado Clésio Salvaro (PSDB), que estava substituindo o deputado Jorginho Mello (PSDB), apresentou relato ao pedido de vista favorável ao credenciamento da comissão emancipatória. Ele argumentou que a população do distrito de Caravaggio é atualmente de 4.132 habitantes, com expectativa de crescimento anual de 3,66%. Salvaro aponta, ainda, que o distrito possui 1.324 unidades habitacionais com média de 3,94 habitantes por domicílio, de acordo com dados do IBGE. Na interpretação do parlamentar, isso significa que a população atinge o número de 5.216 habitantes, cumprindo assim o principal requisito para a emancipação. (SD)

PEC

Durante reunião da CCJ, o secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão João Henrique Blasi, disse aos parlamentares que o objetivo da Proposta de Emenda Constitucional nº 10/02, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira (PP), já foi atendido através da Lei Complementar nº 243/03, que estabeleceu a nova estrutura administrativa do Estado. A PEC estabelece a vinculação direta do órgão de perícia criminal à Secretaria de Segurança. "Com a lei complementar, o órgão de perícia criminal ficou vinculado diretamente à Secretaria de Segurança Pública", declarou Blasi. O deputado Joares Ponticelli (PP) solicitou a PEC para análise.

Audiência pública – A CCJ também apreciou o Projeto de Lei nº 260/03, que cria o Programa de Incentivo às organizações sociais ligadas à área da Saúde, recebeu voto de vista do deputado Paulo Eccel (PT) pela realização de uma audiência pública com a participação do secretário estadual e de secretários municipais de saúde.

"O projeto, da forma que está, é inconstitucional e tira a responsabilidade do governo com a saúde pública. Há no Supremo Tribunal Federal (STF), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) questionando lei federal de teor semelhante a esta proposta", esclarece Eccel. (SD)

Vagas no ensino superior

A reserva de 50% das vagas de cada curso da Universidade do Estado de Santa Catarina-Udesc para alunos egressos da rede pública proposta pelo deputado João Rodrigues (PFL), através do Projeto de Lei nº 29/03, foi tema de audiência pública conjunta das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, na quarta-feira (17).

O reitor da Udesc, José Carlos Cechinel, informou que uma comissão formada pelos diretores dos diversos centros de ensino busca subsídios a serem levados ao Conselho Universitário na discussão da proposta de reserva de vagas. A professora Edir Seemund, representante da secretaria de Educação, disse que um grupo estuda formas de ampliação de vagas através da Universidade Aberta, enquanto o presidente da União Catarinense dos Estudantes (UCE), Jefferson Fonseca, manifestou apoio a proposta das cotas. "A cota deve começar a ser discutida para que

a escola particular seja uma opção e não uma necessidade para se chegar ao ensino superior gratuito".

Para o deputado João Rodrigues (PFL), a reserva de vagas é uma política de discriminação positiva e de reparação à concorrência desleal na disputa com os alunos do ensino particular. Ele entende que não basta apenas garantir o acesso à universidade, é necessário estabelecer mecanismos que mantenham o aluno no ensino superior. "Por isso, incluímos artigo no projeto determinando que a Udesc ofereça programas de nivelamento", explica.

O deputado Celestino Secco (PP) membro das Comissões de Educação e Constituição e Justiça, solicitou que se faça um histórico dentro da Udesc sobre o número de alunos que são provenientes da rede pública de ensino e defendeu a ampliação dos recursos do artigo 170, que garantem bolsas de estudo a alunos carentes na Acafe. (SD)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Parlamentares debateram cotas

Economia analisa projetos

A Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, em reunião na quarta-feira (17), aprovou parecer do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), relator do Projeto de Lei nº 116/2003, de autoria do deputado Jorginho Melo (PSDB), que autoriza empresas públicas e privadas a doar material (móveis, camisetas, cadernos, etc) para alunos das escolas públicas e privadas com suas logomarcas impressas. Vieirão reconheceu ser meritória a proposta, desde que com emenda que determine a realização de licitação pelo Estado, atendendo ao que exige a Constituição federal. O mérito da matéria será analisado pela Comissão de

Educação, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT) e integrada também por Afrânio Boppré (PT), ambos membros da Comissão de Economia. Mesmo aprovada, a proposta sofreu reparos verbais de todos os parlamentares – inclusive do relator –, sobre o uso indevido dos alunos, podendo causar constrangimentos, o que será justamente avaliado pela Comissão de Educação. Presentes à reunião, além de Vieirão, Eccel e Boppré, os deputados Valmir Comin (PP), presidente da Comissão, João Paulo Kleinübing (PFL) e Sérgio Godinho (PTB), que estava substituindo seu correligionário, deputado Narciso Parisotto. (MMV)

Audiência discutirá a situação de oito mil mutuários

Por solicitação dos deputados Mauro Mariani (PMDB) e João Rodrigues (PFL), a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), realiza na segunda-feira (22), às 14 horas, no plenário, audiência pública para tratar da situação de 8.843 mutuários da Cohab (cuja administração e cobrança dos contratos está com a Caixa Econômica Federal/Emgea) em Santa Catarina, e sobre os contratos de financiamentos celebrados entre a Cohab e

as prefeituras municipais. Os parlamentares afirmam que mutuários de todo o estado estão inadimplentes, muitos há mais de dois anos, mas não têm acesso ao valor da dívida e sequer recebem carnês de pagamento.

"Em 1998, a Cohab vendeu seus ativos para a Caixa Econômica Federal e, a partir daí, iniciou o martírio de mais de oito mil famílias catarinenses. Em 2001, o Banco Central realizou inspeção em instituições financeiras federais e

constatou a necessidade de adoção de medidas saneadoras com o objetivo de assegurar a liquidez, adequar a estrutura patrimonial e a capitalização destas instituições. Em função disso, o governo federal criou uma empresa para cuidar dos ativos da CEF, surgindo então a Empresa Gestora de Ativos (Emgea), contratando a Caixa para que administrasse seus créditos. Assim os mutuários não conseguiram mais renegociar suas dívidas", explicou Mariani. (CA)

Neuza Borges, sem trava na língua

Carlos Agne

Recuperando-se de um acidente ocorrido no carnaval, andando apoiada em uma muleta, mas de bem com a vida, a atriz negra Neuza Borges (a Dalva da novela "O Clone") foi homenageada com a medalha de mérito Antonieta de Barros, por indicação do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT). Nascida há 62 anos, na rua Heitor Blum, no Estreito, filha de lavadeira e de um operário, muita gente desconhece que a artista global é florianopolitana. E isso a magoou muito, tanto que deixou de visitar a Capital por cerca de 10 anos. Mas a lembrança por ser uma personalidade de destaque na defesa dos direitos da mulher, principalmente por ser da raça negra, a trouxe de volta à terra natal, onde pretende morar, futuramente, investir na gastronomia e viver com suas duas filhas, de 19 e 21 anos, no que diz ser "o paraíso".

AL Notícias - Como Neuza Borges se descobriu como artista e chegou ao sucesso na música, no teatro e na TV?

Neuza Borges - Desde pequena, ainda quando morava no Estreito eu gostava

muito de cantar e fazer teatrinho na escola. Mas, o que mais me tocou, foi num carnaval, lá pelos meus sete ou oito anos. Atravessamos a ponte para assistir a Copa Lord desfilando e me chamou a atenção a grande personalidade que era o Avevu. Tocando seu trombone com a música "Exaltação a Tiradentes", me apaixonei. Aquilo me tocou tanto que, anos mais tarde, já morando em São Paulo, ouvindo Elis Regina cantá-la, lembrei do Avevu e disse que conhecia o autor dos meus tempos de menina. Só

que disseram que era do Mano Décio, pai do Jorginho do Império. Briguei tanto e sempre insistia que essa música era da minha paixão de criança. Até hoje quando a escuto me emociono.

AL Notícias - Você mudou-se para São Paulo aos oito anos e desde aquela época não veio mais à terra natal?

Neuza Borges - Vim, sim. Morávamos em Piquete, no interior de São Paulo, mas a gente passava as férias aqui, pois ainda temos

familiares que residem em Florianópolis. Minha mágoa só aconteceu mais tarde, quando já estava despontando na carreira artística e nunca fui lembrada como florianopolitana. Homenageavam tanta gente, convidavam tantos artistas para vir para cá e nenhum convite era feito para mim. Teve até um caso de um colega da Globo que esteve na ilha e quando chegou na gravação elogiava as belezas naturais e disse que viria mais vezes. Aquilo me doía o coração. Jurei que nunca mais ia colocar os pés aqui em Flori-

anópolis por falta de reconhecimento. Estava, na realidade, com dor de corno mesmo. Precisou um deputado de Joinville, o Dentinho, se lembrar de mim e me valorizar, me homenageando com essa medalha. Mas estou muito feliz.

AL Notícias - Como foi que você chegou à fama?

Neuza Borges - Olha, essa é uma longa história.

Cantava em orfeãos, corais de escolas e igrejas. Tudo isso ajudou. Fui mordida pela mosca da arte. Me formei em Educação Física e optei então por ser bailarina. Aí então, cantava, dançava e fazia teatro. Uma longa caminhada que foi abençoada por outras artistas negras, sumidades como Rute de Souza e Léia Garcia. Elas diziam que estava pintando uma grande surpresa na área artística e, principalmente, da raça negra. Do teatro fui para a TV, chegando nos anos 70 na TV Globo. Estava fazendo uma peça de teatro de Cordel no Rio de Janeiro quando me convidaram para ser atriz e acabei no elenco da novela Escrava Isaura.

Na época existiam poucas atrizes negras e por isso surgiram inúmeros trabalhos.

AL Notícias - Você nunca sentiu preconceitos por parte de diretores por você ser da raça negra e não ser a atriz principal das novelas, fazendo sempre papéis de empregada ou papéis secundários?

Neuza Borges - Isso nunca passou pela minha cabeça. Eu trabalho porque preciso. Não trabalho por amor à arte e nunca fiz distinção por papéis. Trabalho para viver bem junto com minhas filhas. Quando entro no meu trabalho, entro séria e mando ver. Não entro para mostrar peito, bunda ou fazer cara bonita. E isso é tão verdade que muitas colegas chegaram a comentar: "cuidado com a negra que ela esconde o leite" (risos).

AL Notícias - Você acha que existe ainda na TV, cinema ou teatro preconceito com atores da raça negra?

Neuza Borges - Para ser



bem franca, não acredito mais nessa coisa de preconceito racial. Até porque considero os negros os mais racistas que existem. Principalmente com o seu próprio meio. O negro perdeu a cor. Virou camaleão. Agora eles gostam de ser mulatos, pardos, marrons e até esbranquiçados. Mas negros, nunca. Os negros estão perdendo a sua própria identidade.

AL Notícias - Você sofreu um acidente no carnaval passado e isso complicou sua carreira?

Neuza Borges - Puxa! Vocês nem sabem o que passei. Estava num carro alegórico e cai de uma altura de quatro metros e fui parar no hospital com várias fraturas. Ia fazer a novela das sete, "Agora é que são elas". Mas tive de convalescer e estou me recuperando aos poucos. Muito em breve voltarei à cena.

AL Notícias - Já há convite para trabalho em novela ou teatro?

Neuza Borges - Estou na expectativa de fazer parte do elenco da próxima novela das sete. Quero estar lá, embora não conheça a diretora Denise Sarraceni. Aliás, não conheço diretor nenhum. Sou uma negra tãhosa. Sou de correr atrás das coisas mas não puxo saco de ninguém (risos).

AL Notícias - Mas além de atriz você é considerada uma excelente cantora. E está lançando um CD nos próximos dias, certo?

Neuza Borges - Verdade. Depois de 20 anos, volto a cantar e estarei lançando meu CD "Luzes", com composições de samba, serestas, enfim, músicas da boemia. O lançamento está previsto para outubro e, quem sabe, venha cantar para a minha terra natal, para o meu povo. Até porque, minhas filhas amam Florianópolis e pretendem um dia vir morar aqui e abrir um restaurante. Mas isso é coisa para mais tarde.

Quando entro no meu trabalho, entro séria e mando ver. Não vou lá para mostrar peito, bunda ou fazer cara bonita. E isso é tão verdade que muitas colegas chegaram a comentar: "cuidado com a negra que ela esconde o leite"

"Não acredito mais nessa coisa de preconceito racial. Até porque considero os negros os mais racistas que existem. Principalmente com o seu próprio meio. O negro perdeu a cor. Virou camaleão. Agora eles gostam de ser mulatos, pardos, marrons e até esbranquiçados. Mas negros, nunca. Os negros estão perdendo a sua própria identidade."



Reajuste: projetos são analisados pela Comissão de Trabalho

Depois de fechar um acordo de lideranças das bancadas, o presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT), anunciou ao reabrir a sessão na terça-feira, 16, que as propostas de reajuste para os servidores serão votadas na próxima quarta-feira (24). Servidores do magistério, principalmente, lotaram as galerias do plenário e pediam a votação imediata dos projetos. "Estão sob análise da Comissão de Trabalho e Serviços Públicos. Não estão na ordem do dia, não estão em plenário. Estamos cumprindo o regimento e abrindo espaço para negociações que atendam aos servidores", ponderou Morastoni.

As propostas originais do governo - 1% de reajuste para todos os servidores e abono de R\$ 100 para os que recebem até R\$ 6 mil mensais, sendo que os professores em sala de aula receberiam abono de R\$ 150 - foram rejeitadas nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças. Em seu lugar foram aprovados substitutivos globais de autoria dos deputados Celestino Secco (PP) e Afrânio Boppré (PT). Um determina reajuste linear para todos os servidores repondo o percentual referente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de maio de 2002 a maio deste ano, totalizando 19,3% e que seria pago em parcelas até 30 de abril de 2004. Outro substitutivo transformou o abono para os

servidores do magistério em reposição de 13%, também para ser pago de forma parcelada. Os projetos foram distribuídos para relatoria do deputado Genésio Goulart (PMDB), presidente da Comissão de Trabalho.

O acordo foi fechado com base também no compromisso do líder do governo na Assembléia, Herneus de Nadal (PMDB), em apresentar uma contraproposta depois de conversar com o Executivo, o que aconteceu na quinta-feira, 18, quando todos os líderes das bancadas reuniram-se novamente na Presidência.

Coletiva - Depois de encerrada a sessão de terça-feira - sob manifestações de descontentamento dos servidores presentes -, os deputados Boppré, Secco e os líderes das bancadas do PP e do PFL, Joares Ponticelli e Antônio Ceron, conversaram com a imprensa. De acordo com eles, os dados apresentados pelo próprio governo confirmariam a possibilidade de um reajuste maior. "Com o Revigorar, o governo teve aumento na arrecadação. E o limite de gastos com a folha de pagamento, conforme publicado em Diário Oficial do Estado (DOE), está abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)", salientou Celestino Secco, endossado pelos outros deputados. Segundo ele, o percentual de comprometimento dos recursos do Tesouro com a folha está em 43,8%, enquanto o limite prudencial é de 46%. (MMV)



Servidores lotaram as galerias do plenário no dia 16

Proposta para o magistério

Durante reunião dos líderes das bancadas com o presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT), realizada na manhã de quinta-feira (18), o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), apresentou proposta voltada ao magistério. (Confira no quadro)

Nadal e o líder da bancada do PMDB, Rogério Mendonça, afirmaram que a base governista avançou nas negociações com os deputados indecisos e avaliam que o projeto será aprovado quando chegar ao plenário. "Os servidores públicos querem o abono salarial e estão conversando com os deputados de sua região, por isso acreditamos que ele será aprovado", comentou Nadal.

Mendonça ainda afirmou que, caso a base não consiga os votos necessários, em última instância, o projeto será retirado. "Mas isto será em último caso e não acreditamos que chegará a este ponto", finalizou.

Futurologia - O líder do PP, Joares Ponticelli, afirmou que esta nova proposta é uma carta de boas intenções e um "exercício" de futurologia, já que não tem fundamento político. "Estamos falando de revisão geral de salários dos servidores e eles estão propondo mudanças apenas para o magistério, que é muito importante, mas não fundamenta toda a discussão que o projeto prevê. Herneus tem se empenhado para debater mais o projeto, mas o governo não tem tido esta mesma sensibilidade". (RMPP/TK)

Principais proposições do Executivo

- criação do quadro administrativo;
- realização do Progresso Funcional Vertical Seletivo;
- constituição de comissão mista com representantes das secretarias da Educação, da Administração e da Fazenda, da Procuradoria Geral do Estado, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) e da Associação Catarinense dos Professores (ACP), para elaboração do novo plano de cargos e carreiras do magistério, com previsão de conclusão dos trabalhos em até seis meses;
- realização de estudos para elevar a remuneração dos professores, dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, e das novas reformas da previdência e tributária. (*)

**Projeto de lei deverá ser encaminhado à Assembléia até junho de 2004, bem como outro projeto, de aumento do percentual de gratificação de incentivo à regência de classe, incentivando professores habilitados a permanecer em sala de aula, reduzindo o número de ACTs - Admitidos em Caráter Temporário.*

Demissões em massa

Dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de SC (Sinttel) compareceram à sessão plenária de quinta-feira (11) para alertar os parlamentares que a compra da sede da Brasil Telecom, no Itacorubi, em Florianópolis, pelo governo do Estado, pode provocar a perda de 1400 empregos, com os serviços sendo transferidos para outros estados. O tema foi levado à tribuna pelo deputado Joares Ponticelli (PP) e recebeu o apoio dos demais pares da Casa, sendo que o presidente do Poder, depu-

tado Volnei Morastoni (PT), entrou em contato com o secretário da Fazenda, Max Bornholdt, para que recebesse os trabalhadores. Eles querem que o Executivo inclua cláusulas claras na transação assegurando a manutenção dos atuais serviços e os empregos oferecidos em Santa Catarina.

Requerimento nesse sentido aprovado na quarta-feira (17) em plenário, de autoria da bancada do PP, foi encaminhado ao governo e à empresa. Antes da privatização, o setor de teleco-

municações no Estado contava com mais de 2.400 funcionários e a Telesc era reconhecida como uma empresa de excelência no Brasil pelo atendimento e pela tecnologia de ponta. Atualmente, a empresa possui menos de 500 trabalhadores, pois a terceirização atinge serviços externos e internos. O presidente do Sinttel, Sérgio Domingues da Silva, acredita que a inclusão de cláusulas no contrato de venda do imóvel impedindo demissão possa ser feito pelos parlamentares em forma de projeto de lei. (RV)

Agenda

Dia 22, 14 h - Audiência pública da Comissão de Transportes e de Desenvolvimento Urbano - "Negociação mutuários da Cohab/CEF/Emgea - Contratos de financiamento entre Cohab e prefeituras"

Local: Plenário

Dia 22, 15 h - CPI da Casan - Depoimentos de presidentes de quatro sindicatos que promoveram ações trabalhistas contra a empresa

Local: Sala das Comissões

Dia 22, 15h30min - CPI da Udesc - Definição do cronograma de trabalho

Local: Plenarinho

Dia 22, 19 h - Abertura da exposição "Olho do Som", do fotógrafo Olivio Lamas

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 22, 19 h - Sessão solene em comemoração aos 80 anos do Avaí Futebol Clube - "O Campeão do Século"

Local: Plenário

Dia 23, 19 h - Sessão solene em homenagem às cerâmicas catarinenses que conquistaram o Certificado ISO 9002

Local: Plenário

Dia 24, 19 h - Sessão solene Dia Nacional do Idoso

Local: Plenário

Dia 25, 13 h - 12ª Conferência Nacional de Saúde - "Saúde, direito de todos e dever do Estado"

Local: Plenário

O click da liberdade

Tatiana Kinoshita

Há três anos a ONG Arco Íris desenvolve o projeto **Vôo para Liberdade** com as detentas dos presídios femininos de Florianópolis, Tijucas e Tubarão. Realizado em conjunto com as secretarias estaduais da Saúde e da Justiça, além de vários sindicatos que o apoiam, o projeto era voltado, inicialmente, para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a Aids. Partindo desta premissa, a coordenadora e psicóloga da ONG, Fabiana Helena Belli, em conjunto com outros profissionais de várias áreas, como a fotógrafa Rosane Lima, começaram a fazer oficinas de sexo seguro, que evoluiu e acabou em um projeto bem mais amplo. Hoje, ele consiste em um jornal, intitulado **Coisagrada**, um livro de fotos com as detentas, chamado **Ensaio**

para a Liberdade, e um vídeo sobre sexo seguro que as próprias presas filmaram.

Segundo Fabiana, o presídio é um local que mexe com a imaginação de quem não o conhece por dentro. "Na primeira vez que fui ministrar uma palestra sobre sexo seguro, foi tão normal que percebi que não há diferenças entre elas e outras mulheres. O ser humano fantasia o que não conhece", afirmou.

Dessas oficinas surgiu, inicialmente por parte das detentas, a idéia de fazer um jornal e, com ele, a necessidade de se fazer fotos. "As detentas pediam para tirar fotos para elas enviarem aos companheiros presos, filhos e familiares. Diante disso, montamos o projeto de fotografia e multimídia para continuar trabalhando com o tema prevenção e tudo que o permeia, como a autoestima das presas", contou Rosane.



(foto Rosane Lima)



Rosane Lima

Realidade X desejos

A realidade e os desejos das detentas são diferentes. O tempo corre para elas de outro jeito e, por conseqüência, a maneira de ver o mundo. "Para as detentas uma fotografia trabalhada, com uma luz diferente, é completamente diferente do que elas estavam acostumadas a ver", diz Rosane. "Elas conseguiram ver a própria beleza nas fotos e a facilidade que elas trabalharam com o corpo foi muito grande", completa.

Segundo Rosane, para as detentas, os dias em que a equipe montava o estúdio virava uma festa, já que mudava a rotina local. "Uma presidiária de 22 anos, do presídio de Tijucas, me pediu para tirar uma foto para enviar ao namorado. Respondi que só poderia fazê-lo na próxima semana. Ela me respondeu que iria esperar como quem espera a liberdade. 'Aprendi a ver a beleza delas como mulheres e seres humanos'.

Respeito é a base de tudo

Fabiana afirma que o respeito é mútuo entre os profissionais e as detentas. Nem sempre o que a equipe prepara para debater com as elas acaba se concretizando. "Este projeto tem uma característica. Não é apenas levar a informação, mas sim trabalhar com o que elas acham importante. Levamos informações sobre tuberculose, câncer de mama e outros temas que elas pedem. Respeitamos a história e a realidade de cada uma", comentou.

Através do projeto, todos estão crescendo. Para Fabiana é perceptível o aumento da auto-estima entre as presas, já que elas se cuidam mais, usando preservativos, além de não terem mais preconceito com as soropositivas.

O projeto é mutante. A ONG trabalha também com as detentas dos presídios de Tubarão e Tijucas e, futuramente, outros presídios. O próximo projeto e o que ele irá englobar ainda é segredo.



Fabiana Helena Belli

Liberdade vigiada

"Choveu o dia inteiro, a noite promete sem chuva..."

Mas é triste ver daqui as luzes lá na rua. Pior coisa que tem. Se a gente não enxerga, a saudade não é tanta. Mas se enxerga, fica tudo mais difícil. Dá uma vontade enorme de estar do outro lado desses muros. Mas tudo vai mudar".
Fernanda

"Não adianta eles tentarem fazer uma coisa que não acontece. 'Ressocialização' é uma palavra muito bonita, como 'reeducanda', mas na prática isso não existe. A justiça tem que dar o maior apoio para reestruturar a pessoa, para ela sair do presídio pronta para reintegrar-se à sociedade. E emprego lá fora vai existir? A sociedade deveria estar preparada para nos receber, como deveríamos estar preparadas para sair do presídio? Meu espírito jamais será preso, pois as coisas que eu vivi sempre me ajudarão a suportar qualquer coisa. Alguma coisa muda dentro da gente, para voltarmos à sociedade e não cometermos mais delitos."

M.K

"Fui condenada a quatro anos no artigo 12. Vivo e tento criar um mundo de sonhos e saudades. O tempo demora a passar aqui dentro e tento fazer com que as horas passem rápido. Hoje me sinto sozinha, superando obstáculos a cada dia. Muitas vezes, preciso de alguém para desabafar e dar atenção e é difícil. Espero que quando sair minha vida mude por completo (K.A.S)